

# Mulheres e gestão escolar em São Paulo: um esboço histórico

*Michel Alves da Cruz\**

*Paulo Fernando de Souza Campos\*\**

*Patricia Margarida Farias Coelho\*\*\**

## Resumo

A história da educação feminina em São Paulo é o tema do presente artigo que objetiva remontar sua historicidade a partir dos lugares ocupados por mulheres na gestão escolar pública na atualidade. O método histórico possibilitou reconhecer o processo de formação educacional de mulheres como parte de uma agenda que visava, ao mesmo tempo, qualificar a mão de obra e também redimensionar lugares ocupados por mulheres na esfera do trabalho. Os resultados indicam que os processos históricos foram de singular importância para o lugar assumido por mulheres na gestão escolar nos dias de hoje.

**Palavras-chave:** História da Educação Feminina; Políticas Públicas em Educação; São Paulo.

## Women and São Paulo school management: a historical outline

### Abstract

The history of female education in São Paulo is the subject of this article whom aims to retrace its historicity from the places occupied by women in public school management in actuality. The historical method made it possible to recognize that the process of educational training for women with part of an agenda that aimed at the same time to qualify the workforce, and also to resize the places occupied by women in the sphere of labor.

---

\* Graduado em História UNICID. Mestre em Ciências Humanas UNISA, São Paulo. <http://orcid.org/0000-0001-5274-7331>

\*\* Doutor em História UNESP. <http://orcid.org/0000-0001-8518-6921>

\*\*\* Doutora em Comunicação e Semiótica PUC-SP <http://orcid.org/0000-0002-1662-1173>

The results indicate that historical processes were of singular importance for the place assumed by women in school management nowadays.

**Keywords:** History of Women's Education; Public Policies in Education; São Paulo.

## Mujeres y gestión escolar en São Paulo: un contorno histórico

### Resumen

La historia de la educación femenina en São Paulo es el tema de este artículo que tiene como objetivo repasar su historicidad a partir de los lugares que ocupan las mujeres en la gestión de las escuelas públicas en la actualidad. El método histórico permitió reconocer que el proceso de formación educativa de las mujeres forma parte de una agenda que apuntó al mismo tiempo a capacitar a la fuerza laboral, y también a redimensionar las plazas ocupadas por mujeres en el ámbito del trabajo. Los resultados indican que los procesos históricos fueron de singular importancia para el lugar que asumieron las mujeres en la gestión escolar en los días de hoy.

**Palavras-clave:** Historia de la educación femenina; Políticas Públicas en Educación; São Paulo.

### Introdução

A história da educação feminina permite considerar que “problemas de gênero” forjaram verdades incontestes, as quais atravessaram o tempo histórico como “dispositivos de poder”, cujos impactos levaram à construção de lugares sociais tidos como apropriados ao feminino (BUTLER, 2019; FOUCAULT, 2001). Nesse processo, contextos específicos impuseram determinantes que atingiram a ação educadora e produziram mudanças, transformações e rupturas significativas para a história das mulheres em São Paulo. Entretanto, a emergência desse processo possibilitou a inserção efetiva do feminino na administração de políticas públicas educacionais, ou o que hoje se considera como gestão escolar.

Os estudos que discorrem sobre o tema permitem observar a atuação feminina na gestão escolar como construída historicamente. A escola, em diferentes contextos, é representada como segundo

lar, havendo, nesse decurso, a emergência de narrativas diversas que evocam a distinções curriculares, aos lugares institucionalizados, aos modelos pedagógicos, aos espaços escolares organizados por “sexo”, o que distanciava os educandos separando-os por salas ou por escolas binariamente construídas. Presente também durante a década de 1980, como mecanismos de controle dos corpos, como resquícios de prerrogativas ditatoriais características da repressão vivida nos anos de ditadura civil-militar (1964-1985), a divisão generificada se apropria do ambiente escolar como possibilidade de regeneração de mentes, de corpos e de comportamentos que não se coadunavam com a rígida interpretação dos lugares sociais de gênero, de raça e de classe (HOLLANDA, 2019).

A história da educação de meninas indica que o processo deveria ocorrer sem muito esforço, isto é, a partir de um ensino voltado para generalidades de uma cultura celebrativa em torno do homem branco europeu, tratado como herói universal. Como observa a historiografia, a presença da mulher no magistério, nas chamadas escolas de improviso ou domésticas, muitas vezes reiterava estereótipos (COSTA, 2021; LOURO, 1994; TANURI, 2000). No início do século XX, algumas escolas existiam sem vínculo com o Estado, e outras, com professores-funcionários públicos, ou seja, mesmo que houvesse regulamentação, muitas eram as diretrizes, nomeadamente, propostas por ordens religiosas, as grandes mantenedoras do ensino formal no Brasil (SOUZA, 2016).

Espaços escolares constituídos com a instauração da República, em 1889, redimensionaram antigas diretrizes pela via da extensão de escolas públicas assumidas pelo Estado que admitiam mulheres. A historiografia indica que na cidade de São Paulo, o acesso efetivo das mulheres como parte do processo de formação de professoras em Escolas Normais aconteceu entre 1875 e 1880, entretanto, a presença diária no magistério primário paulista teve os primeiros registros no século XX, com alterações expressivas após 1980, isto é, com a retomada da democracia, quando professoras ampliaram o quadro de funcionárias públicas. Anteriormente,

a educação feminina permanecia reiterando diagnósticos médicos construídos para a mulher-esposa-mãe, vale dizer, não como profissionais independentes e emancipadas, ainda que existissem (POLUBRIAGINOF; SIQUEIRA; CAMPOS, 2022).

Avanços provocados por movimentos sociais feministas resultaram em grandes realizações e ganhos imensuráveis na luta pela emancipação das mulheres. Apesar de sua participação no mercado de trabalho ter apresentado crescimento após a década de 1960, com maior acesso a cargos de destaque, tais fatores, para os estudiosos, não significaram a conquista da igualdade de gênero, mas revelaram que a formação educacional impacta decisivamente o lugar ocupado pelas mulheres na vida social mais ampla. Com a globalização e os avanços tecnológicos, mulheres se viram instigadas à profissionalização devido à concorrência por novas vagas no mercado de trabalho formal, ou a ingressarem nas carreiras profissionais e profissionalizantes, atingindo, assim, postos de liderança (CAMPOS; OGUISSO, 2013; CRUZ, 2021; TOSTA, 2011).

A inserção do gênero feminino no mercado de trabalho resulta dessas e de outras inúmeras conquistas históricas, trabalhistas e civis, todavia, algumas permanecem em curso pautadas pela generificação de corpos que importam e que não importam no Brasil, inclusive, como a uma permanência.

Na educação, a instituição formal aparece como uma instância de socialização em que os vários discursos influenciam a formação de alunos e professores no processo de ensino-aprendizagem (FREIRE, 2019), o que torna relevante investigar o tema, ora esboçado. A proposta considera o lugar das mulheres na sociedade educacional como uma conquista, um movimento ocupado e vivido femininamente, mesmo que nesse diapasão a representação da docência esteja vinculada ao papel maternal atribuído às mulheres, em outras palavras, como algo natural ou não delineado por um “feminismo tático”, como considerou Rachel Soihet (2000).

Diante desse complexo quadro social e institucional, o presente artigo objetiva, em seus justos limites, tratar processos históricos

longos, que levaram à inclusão de mulheres na educação formal, bem como tal conquista permitiu, atualmente, a ocupação expressiva feminina na direção de escolas estaduais e municipais de São Paulo. Vale dizer que a história da educação feminina atravessa a realidade hoje vivida na gestão escolar, cuja representatividade pode ser identificada, no âmbito educacional, por indicadores do Sistema de Avaliação da Educação Básica – SAEB. Os resultados revelam a existência, historicamente, de uma forte expressão do gênero feminino na função de dirigente escolar em São Paulo; assim, o presente artigo pretende dimensionar o lugar ocupado por mulheres na gestão pública como resultado da história das mulheres na medida em que as indagações permitem esboçar o processo histórico da liderança feminina no quadro funcional das escolas públicas municipais de São Paulo.

## Escolas e mulheres no Brasil: formação e sociedade

A educação de meninas, no Brasil, ocorre apenas no final do século XIX e início do XX, confiada a colégios particulares, tratada com descaso por famílias com menos recursos e por uma sociedade voltada para o trabalho. O poder público, no contexto, tratava a educação como algo não pertencente ao universo feminino, ou do qual mulheres deveriam se isentar. Segundo Jane Soares de Almeida (2016), nas casas mais abastadas, jovens recebiam de professores particulares noções elementares de língua, literatura, mas dedicavam-se, sobretudo, às prendas domésticas e etiqueta social, em subserviência ao masculino, ainda que houvesse resistência.

Mesmo moças privilegiadas tinham reduzido acesso à leitura, pois pouco ou nada sabiam de história, ou geografia, possuíam vagas noções de matemática e dedicavam-se mais à aprendizagem da língua francesa, vivendo nos limitados horizontes domésticos, aguardando o casamento, o que deveria ser sua suprema aspiração, para o qual eram preparadas por toda a vida (CAMPOS, 2003). Na época da implantação do regime republicano, a partir de 1889, do total das mulheres brasileiras, quase dois terços eram analfabetas, embora o mesmo acontecesse com a população em geral.

Ao mesmo tempo, nesse cenário, principiaram-se debates sobre educação de mulheres, em 1880, com a inauguração da terceira Escola Normal da Província de São Paulo, na qual se introduziram aulas mistas. A historiografia indica que ganharam força movimentos pelo aprimoramento da educação de mulheres, sob grande influência das escolas norte-americanas protestantes e das ideias republicanas e positivistas, que passaram a impregnar de forma renovadora mentes ilustradas do país (LOURO, 1994; ALMEIDA, 2016). O liberalismo referente à individualidade e à igualdade entre pessoas não poderia deixar de incluir, estrategicamente, o sexo feminino na vida pública, que passava a compor o quadro social republicano e principiava a modificar-se, inclusive, como na perspectiva da cidadania, vale dizer, como eleitoras (SOIHET, 2000). Entretanto, no período, o acesso das mulheres ao ensino permanecia extremamente precário, e algumas vozes masculinas, provenientes de setores intelectualizados, como o da medicina, começaram a se levantar em defesa de sua instrução, nesse sentido, considerada essencial para a formação da boa esposa e da boa mãe, cujo lugar social ocupado colaboraria na reeducação das crianças, nessa medida, tratadas como futuro da nação. Nesse processo, a educação paulista é ampliada com uma das escolas públicas mais antigas da capital, qual seja, a Escola Caetano de Campos.

As mulheres não esperavam passivamente o que lhes era oferecido, resistindo, como podiam, às exclusões e falta de privilégios. Sintomaticamente, em períodos de guerra e entreguerras, muitas receberam instruções como parte da formação oferecida pela Cruz Vermelha como samaritanas, socorristas, voluntárias, auxiliares, inclusive, enfermeiras, para atuarem como replicadoras a um número sempre crescente de atuações na área, o que amplia a história da educação feminina (CAMPOS; OGUISSO, 2013). Horace Lane, influenciador da educação pública em São Paulo, como extensão da escola americana, tem um papel relevante na implantação de reformas educacionais no ensino público paulista.

Com a necessidade de reformas educacionais, o diretor do *Mackenzie College* no Brasil convida duas mulheres, Maria Gui-

lhermina de Andrade e Marcia Browne, para o desenvolvimento da nova perspectiva educacional que se instaurava. Essa transição, referente à passagem do Império para a República, permitiu que a educação em São Paulo impusesse a reforma às práticas sociais educacionais e incluísse mulheres (CRUZ, 2021). A Reforma Caetano de Campos, que evoca a Proclamação da República, em 1889, consiste no marco histórico de remodelação da Escola Pública, principalmente, a escola paulista, eleita como modelo do progresso, organizada como exemplar às iniciativas de remodelação escolar de outros Estados, cujo aprender se centrava na visibilidade e na imutabilidade das práticas pedagógicas. Assim, a Escola Modelo foi constituída como instituição nuclear da Reforma, tendo como ingredientes mestres formados no exterior, moderno material escolar importado, prédio apropriado e criação de bons moldes de ensino (CAVALIERI, 2003), vale dizer, distante da realidade nacional, inspirada na experiência estrangeira.

A construção da sociedade é realizada por corpos que mudaram seus comportamentos e se tornaram conscientes de seus atos e desempenhos, procurando mostrar que todos podem ocupar o mesmo espaço. Entretanto, questões de gênero impactam a construção social e atingem a participação das mulheres na vida pública (HOLLANDA, 2019). Desse modo, a respeito das questões de gênero, da educação, da feminilização do magistério, com aumento quantitativo de mulheres no espaço educacional, a consequente desigualdade de gênero no plano da profissionalização e remuneração feminina nas últimas décadas amplificam o debate (PRÁ; CEGATTI, 2016). Todavia, para este artigo, importa compreender como mudanças significativas no contexto político e social brasileiro, que emergem no início do século XX, em relação ao universo feminino, consolidam-se como conquistas essenciais à experiência feminina (CAMPOS; CARRIJO; CAMPOI, 2020).

Na atualidade, identifica-se a prevalência do sexo feminino no eleitorado brasileiro representando, segundo o Tribunal Superior Eleitoral, 52% dos eleitores (BRASIL, 2017). As transformações, gradativamente ocorridas, possibilitaram a ruptura de estere-

ótipos construídos, podendo-se considerar que, apesar dos avanços ocorridos, resultantes das lutas e reivindicações dos movimentos sociais, direitos foram efetivamente conquistados, todavia, ainda assim, não se pode desprezar vitórias a serem obtidas. Conforme Fontenelle-Mourão (2006), tais conquistas foram efetivadas à custa das ações dos movimentos feministas. Os grandes marcos dessas ações alteraram o lugar das mulheres na sociedade e permitiram que assumissem postos de trabalho anteriormente destinados aos homens, em específico, os voltados à gestão pública. Os estudos que tratam do tema indicam que a participação das mulheres brasileiras no mundo público é um dos aspectos das mudanças na sociedade brasileira, na segunda metade do século XX.

Segundo Tosta (2011), apesar de a participação da mulher no mercado de trabalho ter apresentado crescimento após a década de 1970 e com maior acesso a cargos de destaque, esse fator não representou a conquista de igualdade de gênero. Com a globalização e o avanço tecnológico, as mulheres se viram instigadas a melhorar a profissionalização e a concorrer por vagas no mercado de trabalho. Nos últimos anos, a inserção do gênero feminino no mercado de trabalho é de fato o efeito de inúmeras outras conquistas das mulheres na sociedade, não apenas nas questões culturais, trabalhistas e civis, como também, como destaca Rodrigues, “[...] não se pode afirmar que este processo foi esgotado, tendo em vista que as desigualdades entre homens e mulheres têm se reproduzido e aprofundado, a despeito da luta dessas cidadãs por seu espaço na sociedade (RODRIGUES, 1930, p. 2).

A luta por direitos iguais, liberdade de expressão e participação tem permeado a história das mulheres na formação da sociedade. Essa atuação, no entanto, estimula estudos, apreciados, com vários trabalhos realizados, em busca de dimensionar a mulher em diversos períodos da história. Além disso, a visão do gênero feminino mudou em relação ao cenário corporativo, pois, ter sucesso e visar os postos de responsabilidade se tornou um objetivo imediato e socialmente legítimo. Essa representatividade no contexto dos

postos de responsabilidade é identificada no âmbito educacional, considerando que, conforme dados do Sistema de Avaliação da Educação Básica – SAEB/2003, apurados por meio de questionários aplicados em 3.990 escolas, existe uma forte expressão de gênero na função de dirigente escolar, com 78% dos cargos ocupados por mulheres (SOUZA, 2009).

Essa dimensão conduz a questionamentos diversos, como perceber na trajetória histórica das mulheres a motivação para que exista tal supremacia, especificamente nesse contexto de dominação masculina. Tal diferença não se limita aos cargos de gestão pedagógica, mas ocorre também nos cargos de docência, em que existem 77,2% de professoras na Educação Básica. Entretanto, as particularidades se acentuam quando se considera que nos anos iniciais do ensino fundamental existe um número maior de gestores masculinos do que nas demais etapas do ensino, e a exigência quanto à escolarização para a ocupação de cargos de gestão escolar é menor para os homens, bem como a exigência quanto à experiência, que é substancialmente maior quando se trata das mulheres (SOUZA, 2009).

Segundo dados do Censo Escolar da Educação Básica (INEP, 2019), a educação básica brasileira é predominantemente gerida por mulheres. Os dados levantados no censo demonstram que nas 180,6 mil unidades escolares do País, mais de 80% dos gestores são do sexo feminino. Pela primeira vez, o Censo trouxe dados sobre a gestão nas escolas brasileiras. Os dados do Censo mostram que, dos 187,7 mil gestores declarados na pesquisa, 86% são diretores e 14% estão em outros cargos. Entre os mais de 143 mil diretores, 81,9% são do sexo feminino. O percentual é aproximado também para o grupo de gestores que ocupam outros cargos: 81,5% são mulheres.

Assim, é possível supor que o predomínio das mulheres nos cargos de gestão escolar possui diversas motivações, mas que não indicam, inicialmente, ser restritas aos critérios de escolaridade e experiência, ainda que elas tenham de comprovar tais critérios sob maiores níveis de exigência que os homens. Essa suposição soa ób-

via a partir da constatação de que, havendo menores exigências para o ingresso dos homens, provavelmente estes seriam maioria nos cargos de gestão nas escolas. As mudanças no contexto histórico, político e social brasileiro ocorridas no século XX, em relação ao universo feminino no ambiente escolar, podendo-se considerar o Código Eleitoral de 1932 o responsável pelo direito ao voto feminino como conquista essencial, resulta de lutas que ocupam o ambiente escolar de modo singular. Na atualidade, identifica-se a prevalência do sexo feminino no eleitorado brasileiro representando, segundo o Tribunal Superior Eleitoral, 52% de todos os eleitores (BRASIL, 2017).

As transformações ocorridas gradativamente possibilitaram a ruptura de estereótipos construídos, podendo-se considerar que, apesar dos avanços, resultantes das lutas e reivindicações feministas, os direitos não foram efetivamente conquistados, mas ainda assim não se pode desprezar as vitórias obtidas, tampouco, a trajetória das pioneiras. Conforme Fontenelle-Mourão (2006), tais conquistas foram efetivadas à custa das ações dos movimentos de mulheres, destacadamente as feministas. Para a autora, o movimento social possui três grandes marcos: o primeiro, incitado pelas reivindicações por direitos à democracia, ou seja, o direito ao voto, ao divórcio, ao trabalho e à educação no final do século XIX; o segundo ocorre na década de 1960, com a liberação sexual, alavancada pelo aumento de contraceptivos, e o terceiro acontecimento começa a ser constituído no final da década de 1970, com a luta pela representação de sua diversidade racial, social e de gênero. Desde a origem, esse processo alterou o lugar das mulheres na sociedade e permitiu que assumissem postos e espaços no mundo social do trabalho que, anteriormente, eram destinados aos homens, principalmente aqueles voltados para a gestão pública.

## Educação para mulheres: direitos e igualdade de gênero

A luta por direitos iguais, liberdade de expressão e participação tem permeado a história da mulher na formação da sociedade. Essa participação, no entanto, tornou-se um campo de estudo que busca não somente dimensionar as experiências das mulheres em vários períodos da história, mas destacar como sua existência impõe a hermenêutica das diferenças (DIAS, 1994). O papel exercido pela mulher era de pouca representatividade, comparado com o dos homens; suas tarefas, na maioria das vezes, eram destinadas aos afazeres domésticos ou assim representadas, mas as mulheres sempre lutaram por seus direitos.

A educação sempre foi negligenciada no Brasil. Somente em 1808, com a vinda da Família Real, é que foram estabelecidas as primeiras instituições de ensino superior, as escolas médicas na Bahia e no Rio de Janeiro. Em 1912, surgiria a primeira universidade brasileira, no Estado do Paraná, que durou somente três anos. Apenas em 1920, foi criada a Universidade do Rio de Janeiro, hoje Universidade Federal do Rio de Janeiro. Quanto ao ensino básico, o cenário não era muito diferente.

As primeiras escolas normais para a formação de docentes foram criadas em meados do século XIX a fim de tentar minimizar os problemas relativos à educação no Brasil. Melhorar a formação dos futuros mestres era uma necessidade. Ambos os sexos podiam frequentar essas instituições, mas moças e rapazes deveriam estudar em classes ou mesmo escolas separadas. A atividade docente havia sido iniciada por homens, ainda nos tempos coloniais, principalmente pelos jesuítas (RAYMUNDO, 1998). No entanto, as mulheres eram também necessárias e as classes de meninas deveriam ser regidas por “senhoras honestas”. Ao serem criadas as escolas normais, a pretensão era formar professores e professoras que pudessem atender a um esperado aumento na demanda escolar.

De acordo com Louro (1994), existia uma diferenciação entre o ensino ministrado para meninos e meninas. Para ambos os

sexos, os primeiros ensinamentos consistiam em aprender a ler, a escrever, a contar, saber as quatro operações e as noções da doutrina cristã, mas a partir daí apareciam as distinções: para os meninos eram ensinadas noções de geometria, para as meninas, noções de bordado e costura. Nesse período, início do século XX, um discurso ganhava a hegemonia e parecia, segundo a autora, aplicar-se a muitos grupos sociais, pois mulheres deveriam ser mais educadas do que instruídas; nas palavras da autora, a formação moral e a constituição do caráter deveriam ser privilegiadas com “doses pequenas de instrução”. Para a mentalidade da época, a mulher deveria ser primeiramente “mãe virtuosa”, “o pilar de sustentação do lar”, “responsável pela educação das gerações futuras”. Para a autora, “O abandono da educação desde o início do império vinculava-se à falta de preparação de professores e professoras, para resolver o problema são criadas em meados do século XIX as Escolas Normais para formação de docentes” (LOURO, 1994, p. 45).

As escolas, em contextos históricos determinados, formaram mais mulheres do que homens. Os argumentos de Louro (1994) são relacionados ao processo de urbanização e industrialização através do qual se ampliavam as oportunidades de trabalho para os homens. A identificação da mulher com a atividade docente, que hoje parece a muitos como natural, era alvo de discussões, disputas e polêmicas. A atração das jovens para o magistério era por necessidade financeira, ou por ambicionarem ir além dos tradicionais espaços sociais e intelectuais, sendo cercadas por restrições e cuidados para que sua profissionalização não se chocasse com sua feminilidade. A autora afirma que “para muitos, a educação feminina não poderia ser concebida sem uma sólida formação cristã, o catolicismo, que seria a chave principal de qualquer projeto educativo” (LOURO, 1994, p. 46).

Mesmo enfrentando resistência e sendo alvo de preconceitos, as mulheres acabaram por dominar o magistério, tornando-se maioria nas escolas normais e ocupando cargos de diretoria. As educadoras que se destacavam representavam um perigo à socieda-

de tradicional, pois, poderiam ser vistas como modelos pelas alunas, subvertendo, assim, a imagem ideal da mulher casada e mãe de família. A título de exemplificação, a autora menciona o regulamento do Instituto de Educação de Porto Alegre, de 1929, proibindo que professores ou professoras “tratassem em aula de assunto alheio ao trabalho da disciplina”, bem como que “conversassem com alunos nos intervalos das aulas”. Penas disciplinares eram aplicadas a quem demonstrasse “falta de decoro devido entre os sexos”. As penalidades – que podiam chegar até a expulsão do aluno ou aluna – também eram previstas para os professores e professoras, quando esses infringissem o regulamento (LOURO, 1994).

Até o começo da fase de processos de mudanças, cuja finalidade era a produção de uma identidade moderna à sociedade brasileira, ocorrida no início da República, século XIX, o papel social da mulher se mantinha idêntico ao dos tempos coloniais. Sua principal atuação era como progenitora, e seu dever era focado nos afazeres domésticos. Dentre eles, a costura, o bordado, a pintura e a leitura, conjunto de atividades típicas das mulheres, que constituíam a chamada “educação ornamental”. Essas atividades não eram dedicações muito recorrentes às mulheres das famílias aristocráticas, que tinham à disposição um extenso tempo livre, devido ao grande número de escravos que se ocupavam de todas as atividades domésticas, inclusive da costura e do bordado (QUINTANEIRO, 1995). Relatos de viajantes estrangeiros, principalmente ingleses e norte-americanos, no decorrer do século XIX, caracterizavam as mulheres brancas, sobretudo as da alta sociedade, como donas de casa muito pouco virtuosas, ainda mais quando comparadas com as inglesas e as norte-americanas. Afirmavam eles que a organização e os cuidados domiciliares não eram virtudes das mulheres brasileiras (QUINTANEIRO, 1995).

A autora relata que o cuidado e a devoção da dona de casa ao lar começaram a ser percebidos como talentos domésticos, tornando-se motivo de orgulho em algumas senhoras somente após a abolição da escravatura. A partir desse ponto, o status de dona de

casa, ou ainda, a imagem de dona de casa zelosa e dedicada, presente nas primeiras décadas do século XX, é um valor moderno, que, por sua vez, problematiza a nossa visão sobre a chamada “mulher moderna”, ou “nova mulher”. Devido a esse fato, passa a ser mais um indício de uma modernidade brasileira que, em grande parte, foi sendo construída por valores antigos, remodelados ou revestidos por uma visão moderna.

Nas primeiras décadas do século XX, esse valor moderno associado à imagem da mulher é divulgado sistematicamente em novas revistas, como *Vida Doméstica* e *Revista Feminina*, que se voltavam exclusivamente ao público leitor feminino. Nelas, que também divulgavam assuntos de frivolidades, assuntos mundanos que se tornavam essenciais, como os cuidados com a beleza e a moda, estavam outros que tratavam de questões sociais, como a violência contra a mulher e o voto feminino. Os artigos e as colunas nos quais os assuntos principais eram as atividades domésticas constituíam recorrências em comum, que reforçavam simbolicamente e moralmente a imagem da dona de casa dedicada (QUINTANEIRO, 1995, p. 85).

Conforme descrevem Maluf e Mott (1998), essas revistas eram verdadeiros manuais ou “receituários” para as mulheres se tornarem boas mães, boas esposas, enfim, boas donas de casa. Mesmo a *Revista Feminina*, produzida em São Paulo pela Empresa Feminina Brasileira, e fundada por Virgínia de Souza Salles, que tinha um cunho mais crítico do que a *Vida Doméstica*, e dedicava sempre artigos à questão do direito ao voto feminino e aos crimes contra as mulheres, também trazia ilustrada em suas páginas uma mulher cuja moral era baseada no cuidado e no amor ao lar e aos filhos. A maioria de suas capas nos apresentava a imagem da mulher-mãe, que não ostentava a beleza aparente, nem a beleza mundana marcada pela sofisticação e pelo luxo – ela evidenciava um valor espiritual: o amor materno.

O acesso das mulheres à educação escolar não tem garantido de fato uma igualdade de oportunidade a toda e qualquer mu-

lher, isto é, meninos e meninas, rapazes e moças, não vivenciam o mesmo currículo escolar, pois a antiga segregação sexual escolar deixou suas marcas. Desde os anos 1970, há uma segregação sexual informal quando a escola permite, isto é, abre perspectivas de diferenciação entre profissões, pois permanecem disseminando quais carreiras são mais adequadas para os determinados gêneros. Ainda que a participação feminina no ensino superior esteja se estendendo em diversas áreas antes frequentadas por maioria masculina, permanece a necessidade de que as mulheres ultrapassem preconceitos próprios e normas que ditam os lugares que devem ocupar na sociedade.

De acordo com Dias (1994), a hermenêutica apreende o sujeito como parte do mundo e não o mundo do sujeito, de modo que desvenda a possibilidade de novas formas de apreensão da subjetividade feminina em outras épocas do passado. Os estudos feministas propõem uma redefinição dos processos de subjetividade, uma crítica ao conceito de identidade, assim como ao conceito da própria racionalidade no mundo contemporâneo, que se volta para o passado a fim de se reencontrar, devidamente relativizada, no presente. A hermenêutica do cotidiano procura historicizar aspectos concretos da vida de todos os dias dos seres humanos – homens e mulheres – em sociedade. Justamente como reforço do seu prisma movediço, surgido num mundo instável e em processo de transformação, supõe-se uma das frentes críticas do conhecimento contemporâneo.

## Considerações finais

A forma de mensurar o objeto de estudo implica considerar as bases teóricas que, no caso, permitiram analisar como os discursos são importantes para a compreensão dos fenômenos que ocorrem em uma dada sociedade, isto é, como as relações sociais são estruturadas conforme o tempo estudado. Os estudos sobre as narrativas históricas ressaltam que existe um controle mediante os discursos funcionando como agente transformador da vida huma-

na, e tem como seu aperfeiçoamento a coincidência temporal das relações que nela se estabelecem.

A vida deixa de ser o corpo individual gregário e social para ser visto dentro de um prisma de historicidade humana, mediadas pelas técnicas do saber e do poder. Os corpos generificados, convertidos em campo de intervenção das técnicas políticas, permitem a reflexão na perspectiva apontada, pois desvelam como o poder e o saber constituem o cotidiano, por meio de quais práticas discursivas são detectáveis e quais relações de poder interferem ou são por elas interferidas nas relações de gênero. No caso da análise, permitem reconhecer como a história da mulher, em sua trajetória de lutas e conquistas no espaço educacional, evoca a experiência feminina na gestão escolar em São Paulo.

## Referências

ALMEIDA, Jane Soares de. **A Formação de Professores em São Paulo (1846-1996): a Prática de Ensino em Questão**. São Paulo: Autores Associados, 2016.

BRASIL. **Cidadania e justiça**: conheça as principais lutas e conquistas das mulheres. Brasília. 2017.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

CAMPOS, Alzira Lobo de Arruda. **Casamento e família em São Paulo colonial**. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

CAMPOS, Paulo Fernando de Souza; OGUISSO, Taka. **Enfermagem no Brasil**. São Paulo: Manole, 2013.

CAMPOS, Paulo Fernando de Souza; CARRIJO, Alessandra Rosa; CAMPOI, Isabela Candeloro. Escola de Enfermagem de São Paulo: o modelo educacional-profissional SESP. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 50, n. 178, p. 945-963, out./dez. 2020. Doi: <https://doi.org/10.1590/198053147155>.

CAVALIERI, Ana Maria. Entre o pioneirismo e o impasse: a reforma paulista de 1920. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 29, n. 1, p. 27-44, jan./jun. 2003. Doi: <https://doi.org/10.1590/S1517-97022003000100003>.

COSTA, Vanessa Braz. A influência feminina na gestão escolar: um estudo sobre a presença da mulher na rede pública de ensino. **RCMOS – Revista Científica Multidisciplinar O Saber**, São Paulo, v. 7, p. 1-16, jul. 2021.

CRUZ, Michel Alves da. **Presença feminina na gestão escolar**: o pioneirismo de Miss Marcia Browne na rede pública de ensino de São Paulo (1890-1896). 2021. Orientador: Paulo Fernando de Souza Campos. Dissertação [Mestrado] – Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas – Universidade Santo Amaro, 2021.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Novas subjetividades na pesquisa histórica feminista: uma hermenêutica das diferenças. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 2, n. 2, p. 373-382, 1994. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16219/14766>. Acesso em: 20 ago. 2022.

FONTENELE-MOURÃO, Tânia M. **Mulheres no topo de carreira**: flexibilidade e persistência. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para Mulheres, 2006.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2001.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 69 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2019.

HOLLANDA, Heloisa Buarque de. **Pensamento feminista brasileiro**: formação e contexto. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. 2019. **Censo Escolar da Educação Básica 2019**.

LOURO, Guacira Lopes. Uma leitura da história da educação sob a perspectiva do gênero. **Projeto História**, São Paulo, v. 11, 1994, p. 31-46. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/11412/8317>. Acesso em: 22 ago. 2022.

MALUF, Maria; MOTTI, Maria Lucia. Os recônditos do mundo feminino. In: Nicolau Sevcenko (Org.) **História da vida privada no Brasil**. v. 3. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

POLUBRIAGINOF, Claudia; SIQUEIRA, Lucciano Franco de Lira; CAMPOS, Paulo Fernando de Souza. Narrativas Médicas sobre Feminilidade nas Publicações da Liga Brasileira de Higiene Mental (1925-1947). **História e Cultura**, v. 11, n. 1, p. 208-228, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.18223/hiscult.v11i1.3562>. Acesso em: 10 set. 2022.

PRÁ, Jussara Reis; CEGATTI, Amanda Carolina. Gênero, educação das mulheres e feminização do magistério no ensino básico. **Retratos da Escola**, v. 10, n. 8, p. 215-228, 2016. Disponível em: <http://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/660/682>. Acesso em: 22 ago. 2022.

QUINTANEIRO, Tânia. **Retratos de mulher: o cotidiano feminino no Brasil sob o olhar de viajeros do século XIX**. Petrópolis: Vozes, 1995.

RAYMUNDO, Gislene Miotto Catolino. **Os princípios da modernidade nas práticas educativas dos jesuítas**. 1998. 143 p. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 1998.

RODRIGUES, João. **Um retrospecto: alguns subsídios para a história pragmática do ensino público em São Paulo**. São Paulo: Instituto Anna Rosa, 1930.

SOIHET, Rachel. A pedagogia da conquista do espaço público pelas mulheres e a militância feminista de Bertha Lutz. **Revista Brasileira de Educação**, n. 15, p. 97-117, 2000. Doi: 10.1590/S1413-24782000000300007.

SOUZA, Ângelo Ricardo de. **Perfil da gestão escolar no Brasil**. 2009. 333 f. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009.

SOUZA, Rose Mary Ferreira de. **As origens sociais da formação educacional em Iacanga: saga e letramento no sertão paulista (1925-1959)**. 2016. Orientador: Paulo Fernando de Souza Campos. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas – Universidade Santo Amaro, 2016.

TANURI, Leonor Maria. História da formação de professores. **Revista Brasileira de Educação**. n. 14, p. 61-88, 2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/HsQ3sYP3nM8mSGSqVy8zLgS/?lang=pt#>. Acesso em: 24 out. 2021.

TOSTA, T. L. D. Desigualdades de gênero e a precarização das relações de trabalho. In: NUNES, Jordão Horta; FREITAS, Antonio Revalino de (Org.). **Trabalho e gênero: entre a solidariedade e a desigualdade**. Goiânia: PUC-HollGoiás, 2011, p. 53-68.

Submetido em: 20-12-2022

Accito em: 24-2-2023